



**ATA 1842ª. REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA
DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6ª REGIÃO**

1 Aos oito dias do mês de maio de dois mil e quinze, às dezenove horas, realizou-se a
2 milésima octingentésima quadragésima segunda reunião Plenária Ordinária do
3 Conselho Regional de Psicologia de São Paulo – 6ª Região, à Rua Arruda Alvim,
4 oitenta e nove. Estiveram presentes 20 conselheiras(os), sendo essas(es)
5 efetivas(os) e suplentes, a seguir indicadas(os): Elisa Zaneratto Rosa, Gabriela
6 Gramkow, Graça Maria de Carvalho Camara, Guilherme Luz Fenerich, Ilana
7 Mountian, Joari Aparecido Soares de Carvalho, José Agnaldo Gomes, Luís
8 Fernando de Oliveira Saraiva, Luiz Eduardo Valiengo Berni, Maria Ermínia Ciliberti,
9 Marília Capponi, Moacyr Miniussi Bertolino Neto, Camila de Freitas Teodoro,
10 Gustavo de Lima Bernardes Sales, Lívia Gonsalves Toledo, Maria das Graças
11 Mazarin de Araújo, Mirnamar Pinto da Fonseca Pagliuso, Regiane Aparecida Piva,
12 Sandra Elena Sposito e Sergio Augusto Garcia Junior. Também esteve presente o
13 gestor da Subsede de Assis, Edgar Rodrigues, conforme lista de presença anexa
14 que é parte integrante desta ata. **ORDEM DO DIA: I) JUSTIFICATIVA DE**
15 **AUSÊNCIAS** - Foram consideradas as justificativas de ausência das(os) demais
16 conselheiras(os): Adriana Eiko Matsumoto, Aristeu Bertelli da Silva, Janaína Leslão
17 Garcia, Alacir Villa Valle Cruces, Bruno Simões Gonçalves, Dario Henrique Teófilo
18 Schezzi, Jonathas José Salathiel da Silva e Silvio Yasui, Conselheira Ana Maria
19 Falcão de Aragão – está desligada conforme registrado na ata da milésima
20 setingentésima sexagésima terceira Reunião Plenária Ordinária de onze de abril de
21 dois mil e catorze e Conselheira Ana Paula Porto Noronha – está desligada
22 conforme registrado no ata da milésima octingentésima vigésima primeira de trinta e
23 um de janeiro de dois mil e quinze. **II) APAF – ASSEMBLEIA DE POLÍTICAS, DA**
24 **ADMINISTRAÇÃO E DAS FINANÇAS** – Elisa Zaneratto Rosa relembra ao plenário
25 que será realizada nos próximos dias 30 e 31 de maio, em Brasília, a próxima APAF.
26 A diretoria pondera que a pauta da APAF está extensa e que, portanto, não haverá
27 como discutir toda a pauta na plenária, do mesmo modo como, provavelmente, a
28 pauta não será discutida integralmente durante a APAF. Informa que, até o
29 momento, o Conselho Federal de Psicologia encaminhou até a segunda remessa de
30 materiais, faltando a última e que, portanto, novos pontos podem ser acrescentados. A
31 sugestão da Diretoria é que a plenária priorize a discussão dos pontos de cunho
32 político que já constam na pauta, além de também fazer a discussão sobre o IX
33 Congresso Nacional da Psicologia (IX CNP), que ainda não consta na pauta, mas
34 deverá ser incluído na última remessa. Destaca também que as pautas de
35 aprovação de Resoluções já estão pendentes de discussão em APAF há algum



36 tempo e, por isso, entende que a defesa do CRP SP é de que esses pontos devem
37 ser priorizados durante a APAF. Sobre os encaminhamentos do VIII CNP, que
38 também é um ponto que está pendente, o entendimento da Diretoria é de que o
39 período já é de preparação para o próximo Congresso e, por isso, a discussão sobre
40 próximo é mais importante. Também pondera que a delegação do CRP SP deve ir
41 para a APAF evitando entrar em enfrentamento, para que as discussões sejam mais
42 proveitosas no sentido de tirar encaminhamentos. Sugerem como as pautas a serem
43 priorizadas nesta plenária: 1) Escuta de Criança e Adolescente; 2) Grupos de
44 Trabalho da APAF; 3) Revisão da Resolução nº 001/2002; 4) Avaliação Psicológica
45 no Sistema Prisional; 5) Proposta de Revisão da Resolução CFP nº007/2003; 6)
46 Atualização da Resolução nº002/2003; e, 7) Pontos Financeiros. Sugerem também a
47 discussão das pautas solicitadas pelo CRP-SP e que permanecem pendentes: 1)
48 Revistas do Sistema Conselhos; 2) Redução da Maioridade Penal; 3) Saúde
49 Suplementar; 4) Acupuntura; 5) Minuta da Revisão da Resolução 01/2002; e, 6)
50 Retirada do Título de Psicólogo Honorário dos ditadores Médici e Geisel. O plenário
51 concorda com a proposta da Diretoria. A conselheira Livia Gonsalves Toledo solicita
52 que seja incluída a Apreciação da Ata da APAF de Dezembro de 2014 entre os
53 pontos a serem discutidos. **2.1) Apreciação da Ata da APAF de Dezembro de**
54 **2014** - Livia Gonsalves Toledo comenta que apesar de ter sido designada para fazer
55 a leitura da ata, ainda não conseguiu cumprir essa tarefa mas que encaminhará
56 suas observações e comentários para a Diretoria e para a delegação do CRP SP.
57 **2.2) Escuta de Criança e adolescente** - Regiane Aparecida Piva comenta que já
58 havia preparado material para APAF anterior. O posicionamento que o CRP deve
59 levar à APAF é de defender o que é estratégico para este momento, no caso, a
60 criação de uma Nota de Orientação e não a aprovação de Resolução, pois as
61 resoluções relacionadas à esfera da justiça têm sido derrubadas. O material
62 produzido por Luís Fernando de Oliveira Saraiva e Regiane Aparecida Piva para a
63 APAF de dezembro de 2013 deverá estar disponível na pasta da delegação. **2.3)**
64 **Grupos de trabalho da APAF - 2.3.1) CREPOP - Política Indutora** – A conselheira
65 Maria Ermínia Ciliberti conta que o coletivo do CREPOP nacional não tem
66 conseguido encaminhar as tarefas e conta sobre a reunião do conselho consultivo,
67 realizada no dia 24 de abril, em Brasília, que tirou vários encaminhamentos, além de
68 fazerem a discussão das pesquisas. Após essa reunião, o Federal chamou nova
69 reunião em Brasília para informar que não seria possível encaminhar todas as 13
70 (treze) pesquisas. E deliberou-se a criação de um comitê executivo do CREPOP,
71 formado por 6 (seis) pessoas, sendo uma de cada região e pelo CFP. O comitê será
72 coordenado pela Meire Viana, do CFP e cada membro ficará responsável por
73 determinada ação que envolve as pesquisas do CREPOP, como publicações e



74 divulgação. Ocorreu uma reunião de um grupo que seria um “pré-Comitê Executivo”,
75 mas que Jaira Rodrigues, representante da Região Sul, não participou. Durante essa
76 reunião, definiu-se a elaboração de uma proposta de Comitê, para ser apresentada
77 na APAF. Explica que o material referente a esse ponto chegará na terceira remessa
78 de materiais. A proposta apresentada por Maria Ermínia Ciliberti para a plenária é de
79 defesa da aprovação desse Comitê e, com isso, do fim do Grupo de Trabalho.
80 Comenta que hoje o Crepop é considerado como um projeto do Sistema Conselhos
81 e não do Conselho Federal de Psicologia e, nesse sentido, que os técnicos do
82 CREPOP devem ser pagos através da Conta Divulgação, o que pode inviabilizar
83 financeiramente o CREPOP. Elisa Zaneratto Rosa cita que já há, também em outras
84 discussões, um posicionamento do CFP de que há um orçamento para o CFP e
85 outro para o Sistema Conselhos. Cita que a Conta Divulgação tem um caráter
86 distinto, mas em algum momento foi aprovado, em caráter de exceção, o uso desse
87 fundo para outras ações. Para ela, há descompasso, portanto, entre a política que
88 os Regionais definiram para o Sistema e aquela do Federal. Maria Ermínia Ciliberti
89 comenta que As pesquisas que tiraram para serem priorizadas são: Até agosto:
90 1) Mobilidade Urbana; 2) CRAS; e, 3) Educação Inclusiva. Até o final do ano: 1)
91 Segurança Pública; 2) Psicologia Hospitalar; e, 3) Racial. Os critérios para escolha
92 foram de priorizar as pesquisas que já estavam em processo mais avançado. Sandra
93 Elena Sposito questiona se há força política na APAF para questionarmos o
94 direcionamento de verbas do CFP. Joari Aparecido Soares de Carvalho levanta a
95 importância de que a pesquisa seja lançada antes da próxima Conferência de
96 Assistência Social, pois já ocorreram outras duas Conferências em anos anteriores e
97 esse material não ficou pronto a tempo. Elisa Zaneratto Rosa demonstra
98 preocupação acerca de encaminhamentos pactuados em APAF, mas que não são
99 realizados porque o posicionamento CFP é diferente. Por acordo, uma porcentagem
100 do repasse ao CFP é destinada a uma conta específica (Conta Divulgação), que têm
101 seus valores destinados às publicações do Crepop e às revistas do Sistema
102 Conselhos, mas as revistas já não têm sido mais publicadas. Luiz Eduardo Valiengo
103 Berni fala que tanto no GT da Política de Orientação e Fiscalização, quanto na
104 reunião nacional de COF, percebeu que há uma diferenciação entre o que é Sistema
105 Conselhos e o que é CFP. Questiona se há clareza dentro do Sistema Conselhos
106 acerca do papel do Conselho Federal de Psicologia. Entende que a defesa do CRP
107 SP deve ser pelo funcionamento sistêmico, ainda que tenha que abdicar de algumas
108 de suas defesas. Comenta-se que há um Seminário agendado para o mês de agosto
109 para a pesquisa sobre populações quilombolas, e que o processo não tem sido
110 retardado pelo CFP. **Defesa da Delegação:** Deve-se defender a criação do Comitê
111 Executivo do CREPOP, mas deve-se considerar a delicadeza da situação em



112 relação, especialmente, a questão do custeio de técnicos do CREPOP através da
113 Conta Divulgação. Defender o funcionamento sistêmico dos Conselhos Regionais e
114 Federal, pela defesa do cumprimento dos encaminhamentos acordados em APAF.
115 2.3.2) Revisão da Política de Orientação e Fiscalização do Sistema Conselhos de
116 Psicologia – Luiz Eduardo Valiengo Berni conta que os trabalhos do GT estão
117 parados. O GT foi convidado a participar do Seminário de Conciliação, mas não fez
118 nenhuma intervenção. **Defesa da Delegação:** Que o GT crie uma minuta para ser
119 discutida e aprovada em APAF, utilizando como base atual Manual Unificado de
120 Orientação e Fiscalização - MUORF e incluindo as sugestões já dadas. O material
121 produzido deve ser encaminhado às plenárias dos Regionais para apropriação, com
122 vistas à aprovação posterior em APAF. 2.3.3) Conciliação – Gabriela Gramkow conta
123 que ocorreu reunião presencial do GT após a APAF realizada em dezembro de
124 2014. Foi encaminhada consulta aos Regionais, mas poucos responderam. Os
125 trabalhos do GT estão caminhando. Comenta que poucos membros do GT têm
126 encabeçado as demandas, mas que os encaminhamentos têm sido realizados por e-
127 mail. O GT já tem 3 (três) ações planejadas antes mesmo da próxima APAF e está
128 no aguardo do retorno dos Regionais quanto às sugestões. Informa também que na
129 próxima semana o GT irá ao Rio de Janeiro para visitar a Câmara de Mediação e
130 também visitarão a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, para coletar
131 informações sobre os processos de conciliação. O CRPSP contratou uma advogada
132 que atua como mediadora para assessorar a produção da minuta. Há mais um
133 regional que contratou uma advogada também e outro, uma psicóloga. Haverá,
134 futuramente, um encontro dessas pessoas. A minuta ainda não está pronta para ser
135 apresentada em APAF, o que deverá ocorrer somente em dezembro. **Defesa da**
136 **Delegação:** Defender a manutenção do GT para criação da minuta de Resolução
137 sobre Conciliação. 2.3.4) GT para Evidenciar a Resolução nº018/2002 -
138 Apresentou-se a avaliação de Jonathas José Salathiel da Silva de que o GT não
139 caminha. Propõe-se, assim, que o CRP SP faça a defesa pelo fim do GT, e que as
140 tarefas GT sejam encaminhadas como tarefas do Sistema Conselhos, de modo que
141 os regionais possam realiza-los em sua região. Moacyr Miniussi Bertolino Neto
142 sugere que o CRP defenda que o Sistema faça as ações, mas sem defender o fim
143 do GT. **Defesa da Delegação:** Defender que as ações do GT possam ser realizadas
144 pelos Regionais. Deve-se apenas defender a proposta de fim do GT caso essa
145 proposta seja apresentada por outro Regional ou pelo Federal durante as
146 discussões na APAF. 2.3.5) Assuntos Financeiros - Gabriela Gramkow comenta que
147 têm ocorrido reuniões telefônicas desse GT e também houve uma reunião
148 presencial, mas o CRP SP não conseguiu participar e está aguardando o envio da
149 ata dessa reunião pelo Conselho Federal. Um dos pontos discutidos nesse GT é a



150 negociação com o Banco do Brasil relativa à tarificação dos boletos bancários, e
151 pontua que o posicionamento do CRP SP deve ser no sentido de que este Regional
152 já fez o que é possível em seu âmbito de atuação, cabendo agora ao Conselho
153 Federal de Psicologia a intervenção. Comenta também que durante as reuniões
154 telefônicas soube que foi discutida na reunião presencial a criação de uma auditoria,
155 mas ainda não foi recebida a ata para verificar os encaminhamentos. Entende que
156 nesse ponto, a posição da delegação deve ser de defesa da criação da auditoria.
157 Quando receber a Ata, Gabriela Gramkow fará a leitura e encaminhará suas
158 contribuições à delegação. **Defesa da Delegação:** Quanto à negociação com o
159 Banco do Brasil a respeito da tarificação dos boletos bancários das anuidades, este
160 CRP já fez o que poderia, cabendo agora ao Conselho Federal de Psicologia a
161 intervenção. Quanto à auditoria: defender sua criação. Defender que o GT para
162 Elaboração de Projeto de Apoio Financeiro a Publicações de CRPs seja unificado a
163 este GT. 2.3.6) Laicidade e Psicologia - Luiz Eduardo Valiengo Berni informa que a
164 coordenadora desse GT é declaradamente desinteressada no tema. Lembra que o
165 GT construiu uma carta para ser publicada pelo Sistema Conselhos, mas o plenário
166 do Federal fez interferências no texto apresentado. A tarefa do GT era a produção
167 de três textos para avançar na temática e a proposição de que os CRs façam
168 Seminários Regionais como parte do Seminário Nacional. **Defesa da Delegação:**
169 Aprovar os dois textos que o GT já produziu. Caso o terceiro texto também fique
170 pronto a tempo da APAF, esse deverá ser aprovado. Luiz Eduardo Valiengo Berni irá
171 encaminhar à delegação as tarefas do GT, para subsidiar a discussão. 2.3.7) GT
172 para Elaboração de Projeto de Apoio Financeiro a Publicações de CRPs - Elisa
173 Zaneratto Rosa explica que este GT tem a finalidade de verificar as formas de apoio
174 do CFP para publicações dos Regionais. Até este momento, o GT ainda não
175 funcionou. **Defesa da Delegação:** Sugerir que esse GT seja incorporado ao GT de
176 Assuntos Financeiros. 2.3.8) Eleições - Elisa Zaneratto Rosa conta que até o
177 momento foi realizada apenas uma reunião desse GT, quando foi feita a relação de
178 materiais e documentos que ajudarão a avaliar o processo eleitoral. Comenta
179 também que tanto os Regionais como Conselho Federal já fizeram posicionamento
180 para esclarecimento a respeito do processo eleitoral, portanto, entende que não
181 cabe mais nota conjunta do Sistema Conselhos. Deverá ser realizada nova reunião
182 para discutir o Regimento Eleitoral. Uma das possibilidades que está sendo discutida
183 é da retirada da restrição de candidatura para compor chapa para eleição de
184 psicóloga(o) que tenha renunciado em mandato anterior. Comenta também que,
185 caso seja definida a manutenção da eleição via internet, é necessário mais
186 subsídios, pois quando foi definido que também seria utilizado esse modo de
187 votação a expectativa era de ocorrer maior participação da categoria, o que não se



188 concretizou, havendo queda de 6% no número de votantes em relação ao processo
189 eleitoral do ano anterior, embora pondere que já havia sido registrada queda do
190 número de votantes em relação ao número de votantes entre os dois processos
191 eleitorais anteriores, quando ainda sem o uso da votação via internet. Como parte
192 integrante do GT, o CRP SP consultou o Tribunal Eleitoral, que respondeu que não
193 disciplina votações de Conselhos de Classe, e a Ordem dos Advogados do Brasil,
194 que informou que não realiza votação *online* pela tradição do voto presencial da
195 categoria. Um ponto que preocupa em relação ao voto via *internet* é a segurança.
196 Para Maria Ermínia Ciliberti não há sistema de votação totalmente seguro e, desse
197 modo, não se deve voltar atrás em métodos de votação. Moacyr Miniussi Bertolino
198 Neto concorda que todos os métodos podem ser fraudados, mas pondera que pela
199 votação pela internet, caso haja fraude, é possível alterar todo o resultado da
200 votação. Sendo assim, entende que o CRP SP deve defender o fim do voto por
201 internet. Guilherme Luz Fenerich complementa que o sistema da votação anterior
202 era frágil, mas que a fraude ocorrida na eleição anterior foi pontual, com alteração de
203 votos de figuras conhecidas de um determinado grupo político, mas que era possível
204 que tivessem ocorrido fraudes maiores. Joari Aparecido Soares de Carvalho
205 concorda com as colocações de Maria Ermínia Ciliberti, no sentido de que nenhum
206 sistema de votação é totalmente seguro. Elisa Zaneratto Rosa pontua que todo
207 sistema pode ser fraudado, mas que é importante que se pense sobre qual o
208 sistema que será utilizado no caso de votação *online*, antes de o CRP SP se
209 posicionar contra ou a favor. Maria Ermínia Ciliberti solicita que seja pauta de
210 plenária posterior a APAF a reforma política em SP, pensando nas próximas
211 eleições do CRP SP e na construção do processo eleitoral. **Defesa da Delegação:**
212 a) Não ter uma posição fechada sobre a votação por internet, inicialmente. Devendo
213 expor as considerações e problemas constatados por todos os Regionais, para
214 auxiliar no processo de decisão. Ponderar o não aumento do número de votantes
215 pelo sistema de votação *online* e ressaltar a importância de buscar por sistemas
216 seguros de votação pela internet, inclusive em relação ao sistema de envio das
217 senhas por e-mail. Considerar também a questão da politização, que pode ser
218 prejudicada através desse método de votação. Caso seja aprovada a manutenção
219 da votação *online*, devem ser coletados dados que subsidiem a tomada de decisão
220 para a eleição seguinte. b) Ressaltar a importância da atualização do Cadastro
221 Nacional. Defesa também de uma Campanha Unificada do Sistema Conselhos, para
222 que os psicólogos participem das eleições. 2.3.9) GT Unificado: PL Osmar Terra e
223 Internação Forçada de Usuários de Álcool e Outras Drogas - Guilherme Luz
224 Fenerich informa que têm ocorrido reuniões do GT e que o CRP SP não conseguiu
225 participar da última. O Conselho Federal de Psicologia lançou uma nota pela CDH



226 contra a regulamentação de Comunidades Terapêuticas, mas em reunião no
227 Conselho Nacional de Política sobre Drogas – CONAD se posicionou a favor. Desse
228 modo, propõe que a defesa da delegação seja pelo fim do GT. Ilana Mountian
229 também posiciona-se pela defesa do fim do GT. Propõe articulação com outros CR's
230 com posicionamentos próximos do CRP SP, para encaminhar as ações que eram
231 tarefas deste GT. Maria Ermínia Ciliberti entende que se deve discutir a posição do
232 CFP durante a APAF, podendo utilizar a Nota do CFP sobre o tema como subsídio
233 para a discussão. **Defesa da Delegação:** Defender o fim do GT e durante esta
234 APAF definir o posicionamento do Sistema Conselhos e quais ações deve ser
235 realizadas para evidenciar a não aprovação do Projeto de Lei nº 7663/2010 (PL
236 Osmar Terra). A nota do CFP sobre este assunto deverá estar como subsídio na
237 pasta dos delegados do CRP SP. 2.3.10) Psicologia e Esporte – Camila de Freitas
238 Teodoro conta que foram realizadas, até o momento, nove reuniões, porém as ações
239 não são desenvolvidas pelo Sistema Conselhos, apenas os Regionais de São Paulo,
240 Rio de Janeiro e Bahia estão realizando as ações. O Grupo está discutindo também
241 a retomada da pesquisa do CREPOP sobre o tema. Cita também que haverá um
242 encontro do grupo durante o 9º Congresso Norte-Nordeste de Psicologia, com
243 objetivo de articular um evento Nacional. **Defesa da Delegação:** Manter o GT, mas
244 redefinir sua funcionalidade de modo a ampliar a visibilidade da Psicologia do
245 Esporte. Deve-se defender também a articulação do GT para ações mais alinhadas
246 no Sistema Conselhos. O CRP-06 mantém o interesse em continuar compondo esse
247 grupo. 2.3.10) Demandas do Judiciário e Ministério Público aos Psicólogos que
248 atuam nas Políticas de Saúde e Assistência Social – Joari Aparecido Soares de
249 Carvalho entende que deve ser defendida a manutenção do Grupo de Trabalho. O
250 GT fez uma consulta aos CRs e que ainda não foi respondida por este Regional.
251 Para ele, é importante que o CRP SP responda a essa consulta imediatamente. A
252 demanda foi encaminhada pela Diretoria para os Núcleos de Justiça, Saúde e
253 Assistência Social e para a Comissão de Orientação e Fiscalização. Maria Ermínia
254 Ciliberti propõe a realização de consulta pública sobre o tema, o que também é
255 defendido por Guilherme Luz Fenerich. **Defesa da Delegação:** Manutenção do
256 Grupo de Trabalho, sendo que deverão ser levantadas em APAF propostas de
257 funcionamento desse Grupo. A sugestão do CRP SP é de realização de consultas
258 públicas. **2.4) Revisão da Resolução nº001/2002** – Graça Maria de Carvalho
259 Camara comenta que havia uma pauta de Avaliação Psicológica pontuar em
260 Concurso Público, que havia sido pautado pelo CRP SP em APAFs anteriores. Nas
261 plenárias de abril o CRP SP definiu que manteria o ponto, mas alterando o nome da
262 pauta para “Minuta de Revisão da Resolução nº 001/2002”, atualizando a justificativa
263 de inclusão desse ponto. Seu entendimento é de que o ponto solicitado pelo CRP



264 SP será aglutinado a esse que já constava na pauta da APAF e que foi pautado pelo
265 CFP. **Defesa da Delegação:** Defesa pela aprovação da Resolução. **2.5) Avaliação**
266 **Psicológica no Sistema Prisional** – A conselheira Regiane Aparecida Piva
267 comenta que a resolução referente ao tema foi revogada. Maria Ermínia Ciliberti cita
268 que as Resoluções de todas as profissões que versam sobre esse tema estão sendo
269 derrubadas. Cita que é um ano de grande mudança no Sistema Prisional devido a
270 entrada de psicólogos(os) pelo Ministério da Saúde. **Defesa da Delegação:** Sugerir
271 ao Sistema Conselhos a produção de uma Nota Técnica ou a realização de um
272 debate sobre o tema. Defender também que o Sistema Conselhos defina sua
273 estratégia frente às Resoluções do campo da justiça que vêm sendo derrubadas.
274 **2.6) Proposta de Revisão da Resolução CFP nº007/2003** - Regiane Aparecida
275 Piva informa que já seria pautado em plenário informe sobre o andamento do GT
276 Documentos Escritos do CRP SP, ponto que deverá ser repautado para as próximas
277 plenárias. O GT regional encaminhará sua produção para apreciação das
278 Comissões de Ética e de Orientação e Fiscalização, para posteriormente
279 encaminhar para apreciação da plenária. Caso a Resolução não seja aprovada
280 nesta gestão, deve-se pensar a possibilidade de utilização do produto do GT para
281 criação de materiais de orientação à categoria. Defende que o produto do GT ainda
282 não deve ser encaminhado à APAF. **Defesa da Delegação:** Criação de um GT
283 Nacional para atualização da Resolução, manifestando o interesse do CRP SP em
284 compor esse grupo. O material produzido pelo GT deste Regional deverá ser
285 encaminhado a esse possível GT Nacional, como contribuição do CRP SP. **2.7)**
286 **Atualização da Resolução nº002/2003** – Elisa Zaneratto Rosa comenta que o CFP
287 lançou Edital para credenciamento no Satepsi – Sistema de Avaliação de Testes
288 Psicológicos e, pela proposta da Resolução encaminhada, será alterado o método.
289 Sugere-se reunião com IBAP (Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica) e outras
290 entidades do FENPB, do campo da avaliação psicológica, para avaliar os impactos
291 dessa possível alteração de método, o que servirá como subsídio para a delegação
292 do CRP SP na APAF. Deverá participar dessa reunião um membro da delegação do
293 CRP SP na APAF, a psicóloga Ana Paula Porto Noronha e um representante da
294 COF. O assunto será pauta da próxima reunião de Diretoria para viabilizar essa
295 agenda. Luiz Eduardo Valiengo Berni encaminhará mensagem de Ana Paula Porto
296 Noronha acerca dessa resolução, para que seja incluída nos materiais da
297 delegação. **2.8) Pontos Financeiros – 2.8.1) Definição do Valor das Anuidades para**
298 **o Exercício de 2016** - Gabriela Gramkow explica que o CFP calculou o índice de
299 reajuste para as anuidades do próximo período. Consideraram o período de maio/14
300 a abril/15, tendo como base o INPC, o reajuste foi definido em 7,58%. Sugere que a
301 defesa do CRP seja de que os Regionais façam esse cálculo considerando o índice



302 de INPC no momento de redefinição das anuidades. O CRP SP, por exemplo,
303 somente fará assembleia de reajuste no segundo semestre e, portanto, deveria
304 utilizar o índice correspondente a esse período. **Defesa da Delegação:** Que os
305 Regionais indiquem que seus reajustes devem ser de acordo com o índice do INPC
306 à época da redefinição das anuidades. 8.2) Prestação de Contas do CFP referente
307 ao Exercício de 2014 - Gabriela Gramkow aponta que nos materiais encaminhados
308 como subsídio pelo CFP nota-se a falta de Centro de Custo que possibilite avaliar o
309 destino dos valores que estão sendo gastos, especialmente referente à Conta
310 Divulgação. É apresentado o que cada regional repassou e o quanto foi gasto, mas
311 não é possível visualizar a quais ações os gastos estão vinculados. Deverá ser
312 solicitado ao CFP o Centro de Custo que possibilite avaliar melhor a prestação de
313 contas. Na pasta da delegação é necessário incluir o modelo apresentado pelo CFP
314 em APAF anterior. Defesa da delegação: Que o CFP apresente o Centro de Custo,
315 possibilitando que seja verificado em quais ações estão sendo gastos os recursos.
316 **2.9) Pontos solicitados pelo CRP SP** – Deverá estar disponível para a delegação o
317 posicionamento da plenária de abril, que deliberou a manutenção desses pontos,
318 quais sejam: 1) Revistas do Sistema Conselhos; 2) Redução da Maioridade Penal; 3)
319 Saúde Suplementar; 4) Acupuntura; 5) Minuta da Revisão da Resolução 01/2002; 6)
320 Retirada do Título de Psicólogo Honorário dos ditadores Médici e Geisel. Sobre o
321 ponto Saúde Suplementar, Graça Maria de Carvalho Camara informa que fez
322 levantamento dos questionamentos da categoria referente a esse tema na COF.
323 Maria Ermínia Ciliberti esclarece que a negociação com a Agência Nacional de
324 Saúde Suplementar (ANS) é do CFP, então sugere que seja feito questionamento ao
325 CFP se está compondo os Grupos de Trabalho da ANS. **Defesa da Delegação:**
326 Serão incluídas nos materiais de subsídio do ponto as últimas atualizações de rol
327 com os respectivos anos em que ocorreram, bem como o indicativo de quais os
328 avanços em cada mudança. O CRP SP deve cobrar quais estão sendo as ações do
329 CFP neste campo. **III) UNIDADE EXPERIMENTAL DE SAÚDE – INQUÉRITO CIVIL**
330 **MP** – Gabriela Gramkow informa quais têm sido as ações do CRP SP, nos últimos 2
331 anos, referente à Unidade Experimental de Saúde. A UES está vinculada à Saúde
332 Pública, sendo averiguada, no âmbito do Ministério Público, pelo Promotor de
333 Justiça Arthur Pinto Filho. Comenta que hoje há quatro jovens internados nessa
334 unidade. Por estratégia política, o CRP SP está atuando nos casos individualmente.
335 Atualmente, o grupo que atua junto ao CRP SP é formado pela Secretaria de Estado
336 da Saúde, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública. Conta que esteve em
337 Sorocaba, junto com Lúcia Toledo, em uma Audiência Pública a respeito da UES.
338 Foi pactuado que cada secretaria pensaria em uma pessoa de referência, para a
339 realização de uma audiência sobre cada caso de internação nessas unidades. Em



340 todos os casos, a proposição é de um projeto de desinternação. Em Embu-Guaçu há
341 uma audiência convocada para dia 28 de maio, que também terá a presença do
342 CRP SP. Como Gabriela Gramkow e Lucia Toledo não poderão estar presentes,
343 Maria Cristina Gonçalves Vicentin será consultada para representar o CRP SP nessa
344 ocasião. Informa também que os casos de Lorena e Piracicaba estão, devido aos
345 trâmites jurídicos, estagnados. Marília Capponi questiona se há possibilidade de
346 fecharem as UES e Gabriela Gramkow explica que a Unidade Experimental já foi
347 aberta com o objetivo de funcionamento apenas por um período de tempo. A
348 Unidade Experimental de Saúde tem relação com a Secretaria de Administração
349 Penitenciária (SAP), que é a controladora da contenção corporal dos jovens, mas
350 sua gestão é da Secretaria Estadual de Saúde (SES). A SES alegava que não
351 conseguia intervir sobre os internos por causa de obstruções impostas pela SAP e o
352 discurso atual da SES é de apoio ao fechamento de UES. **IV) APRECIÇÃO DE**
353 **PROCESSOS DE PESSOA FÍSICA E JURÍDICA** – Foram expostos para aprovação
354 os processos: Pessoa Física – 459 (quatrocentas e cinquenta e nove) Inscrições
355 Novas; 76 (setenta e seis) reativações; 12 (doze) inscrições secundárias; 28 (vinte e
356 oito) Inscrições por Transferência; 240 (duzentas e quarenta) cancelamentos a
357 pedido; 08 (oito) cancelamentos por óbito; 28 (vinte e oito) cancelamentos por
358 transferência e 12 (doze) cancelamentos por não apresentação do diploma. Pessoa
359 Jurídica – 20 (vinte) registros; 09 (nove) cadastros; 01 (uma) alteração contratual e
360 09 (nove) cancelamentos a pedido. Total Geral de processos aprovados – pessoa
361 física e jurídica: 902 (novecentos e dois), conforme folha anexa que é parte
362 integrante desta ata. **Encaminhamento:** Aprovados os processos apresentados
363 para pessoa física e jurídica. O Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região
364 deverá planejar ações junto às universidades a fim de minimizar o número de
365 cancelamentos por falta de apresentação de diploma no prazo de dois anos após a
366 inscrição provisória. **V) APRECIÇÃO DE REGISTROS DE ESPECIALISTAS** – O
367 plenário tomou conhecimento da relação de psicólogos para aprovação do título de
368 especialistas. **Encaminhamento:** Foram deferidos 10 (dez) na área de Psicologia do
369 Trânsito na modalidade concursos. Na modalidade cursos, foram deferidos 104
370 (cento e quatro), sendo: 01 (um) na área Psicologia Organizacional e do Trabalho,
371 77 (setenta e sete) na área de Psicologia do Trânsito, 15 (quinze) na área Clínica, 01
372 (um) em Psicologia Hospitalar, 02 (dois) em Psicopedagogia, 01 (um) em
373 Psicomotricidade e 7 (sete) Neuropsicologia. Foram indeferidos 01 (um) na
374 modalidade concursos na área de Psicologia Jurídica e 3 (três) na modalidade curso,
375 sendo 01 (um) na área do Trânsito, 01 (um) em Psicologia Jurídica e 01 (um) na
376 área Clínica, conforme folha anexa que é parte integrante desta ata. Nada mais
377 havendo a tratar a senhora conselheira presidenta deu por encerrada a sessão, da



378 qual eu, conselheiro secretário Guilherme Luz Fenerich, lavrei a presente Ata, que
379 lida e aprovada será assinada por todos os presentes. São Paulo, oito de maio de
380 dois mil e quinze.

Elisa Zaneratto Rosa

Gabriela Gramkow

Graça Maria de Carvalho Camara

Guilherme Luz Fenerich

Ilana Mountian

Joari Aparecido Soares de Carvalho

José Agnaldo Gomes

Luís Fernando de Oliveira Saraiva

Luiz Eduardo Valiengo Berni

Maria Ermínia Ciliberti

Marília Capponi

Moacyr Miniussi Bertolino Neto

Camila de Freitas Teodoro

Gustavo de Lima Bernardes Sales

Lívia Gonsalves Toledo

Maria das Graças Mazarin de Araújo

Mirnamar Pinto da Fonseca Pagliuso

Regiane Aparecida Piva

Sandra Elena Sposito

Sérgio Augusto Garcia Júnior